

# Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

# na Educação

Américo Junior Nunes da Silva  
Ilvanete dos Santos de Souza  
Reinaldo Feio Lima  
(Organizadores)

# 4



**Atena**  
Editora

Ano 2021

# Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva  
Ilvanete dos Santos de Souza  
Reinaldo Feio Lima  
(Organizadores)

4

Atena  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 4

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
Ilvanete dos Santos de Souza  
Reinaldo Feio Lima

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 4 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-026-8

DOI 10.22533/at.ed.268212904

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldades relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30<sup>1</sup>).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva  
Ilvanete dos Santos de Souza  
Reinaldo Feio Lima

---

<sup>1</sup> GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O PROCESSO EDUCATIVO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: A IMPORTÂNCIA DA COERÊNCIA E INTENCIONALIDADE EM DISCURSOS E PRÁTICAS	
Luciana Jammel	
DOI 10.22533/at.ed.2682129041	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>6</b>
O ESPAÇO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Lucineide Alves Batista Lobo	
Ana Kátia da Costa Silva	
Camilli de Castro Barros	
Solange Alves de Oliveira Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.2682129042	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
GAMIFICAÇÃO COMO ALTERNATIVA METODOLÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Gabriel Assumpção Firmo Dantas	
Hellen Sandra Freires da Silva Azêvedo	
José Marlo Araújo de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.2682129043	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
COMPETENCIAS DIGITALES DOCENTES EN LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE CAMPECHE: CURSO DE FORMACIÓN DEL PROFESOR 2.0	
Maria Alejandra Sarmiento Bojorquez	
Juan Fernando Casanova Rosado	
Mayté Cadena González	
DOI 10.22533/at.ed.2682129044	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
DO BRASIL ÀS TERRAS DE ALÉM MAR: O IMPACTO DA TRADIÇÃO COIMBRÃ NA FORMAÇÃO DOS BACHARÉIS EM DIREITO BRASILEIROS	
Francilda Alcantara Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.2682129045	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
A REFORMA COMO CONTRA-REFORMA: UM RETORNO AO PASSADO	
Katerine Zanella	
DOI 10.22533/at.ed.2682129046	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR REALIZADO COM INDIVÍDUOS DIAGNOSTICADOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
Giselle Priscila Scheidt Martins Gartner	

Janaina Isis Rodaski  
Ana Caroline das Neves  
**DOI 10.22533/at.ed.2682129047**

**CAPÍTULO 8..... 67**

**AS PERTURBAÇÕES DO ESPETRO DO AUTISMO (PEA) – MÓDULO DE PSICOEDUCAÇÃO**

Daniela Alexandra Ferreira Vieira  
Ana Paula Couceiro Figueira  
**DOI 10.22533/at.ed.2682129048**

**CAPÍTULO 9..... 77**

**A HISTÓRIA DA FILOSOFIA NO ÂMBITO ESCOLAR BRASILEIRA E SEUS DESAFIOS NA ATUALIDADE**

Carlos Henrique Catuaba de Oliveira  
Dildo Pereira Brasil  
Jessica Laiane dos Santos  
**DOI 10.22533/at.ed.2682129049**

**CAPÍTULO 10..... 89**

**MILTON HATOUM: UMA PRÁTICA LITERÁRIA ENGAJADA NA EDUCAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA**

Patricia Helena dos Santos Carneiro  
Júlio César Barreto Rocha  
Fernanda Ellen Klein Nordt  
**DOI 10.22533/at.ed.26821290410**

**CAPÍTULO 11..... 99**

**LA IMPORTANCIA DE LA COGNICIÓN CORPORIZADA EN EL APRENDIZAJE DE LAS MATEMÁTICAS: UN CASO DE ÉXITO EN LA ENSEÑANZA DE LA CONSTRUCCIÓN DE CIFRAS EN NIÑOS DE SEXTO GRADO DE PRIMARIA**

Karla Marisol Valencia Quiroz  
**DOI 10.22533/at.ed.26821290411**

**CAPÍTULO 12..... 109**

**PROYECTOS DE QUÍMICA INORGANICA UNA ESTRATEGIA COLABORATIVA DE ENSEÑANZA- APRENDIZAJE EN EL GRADO 10 DEL INSTITUTO TECNICO GONZALO SUAREZ RENDON**

Pamela Andrea Rojas Mendoza  
Rubinsten Hernández Barbosa  
**DOI 10.22533/at.ed.26821290412**

**CAPÍTULO 13..... 119**

**ESPAÇO IFAC DE CIÊNCIAS: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO A FAVOR DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA**

Ricardo dos Santos Pereira  
Renata Gomes de Abreu Freitas  
Flávia Alves Simoura Silva

Adriane Nogueira Lazzaretti  
André Alfonso Peixoto  
Erick Tiago Costa de Lima  
Isabela Cristina Picolo  
Jefferson Feitosa de Almeida  
Leidy Daiana Nascimento  
Williany Lima de Carvalho Camargo

**DOI 10.22533/at.ed.26821290413**

**CAPÍTULO 14..... 132**

**EVASÃO ESTUDANTIL NOS CURSOS DA FMRP: ÍNDICES, MOTIVOS E POLÍTICA INSTITUCIONAL**

Bianca Franco de Jesus  
Tamires dos Santos Durães  
Kátia Mitiko Firmino Suzuki  
Miguel Angelo Hyppolito  
Valdes Roberto Bollela

**DOI 10.22533/at.ed.26821290414**

**CAPÍTULO 15..... 146**

**DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE SISTEMA DE PROPULSÃO PARA VEÍCULO DO TIPO FURGÃO CONVERTIDO PARA TRACÇÃO ELÉTRICA**

Diego Meireles Lopes  
Bruno Moreira Martins  
Saulo José de Melo Cunha  
Alessandra de Souza de Macedo Lopes

**DOI 10.22533/at.ed.26821290415**

**CAPÍTULO 16..... 158**

**PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA**

Mayara Pinheiro Mandarinó  
Letícia Nascimento Mello  
Cristiane Moreira da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.26821290416**

**CAPÍTULO 17..... 171**

**OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS CÉLULAS DE APRENDIZAGEM COOPERATIVA DE FORMA REMOTA DO PROGRAMA FOCCO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS ARTICULADORES**

Anna Marcella Ferreira Rosa  
Adrielle Rodrigues dos Santos  
Dionatan Costa Rodrigues  
Francimary Pinheiro Silva  
Lauriene Fernanda de Campos  
Letícia Moreira Andrade

**DOI 10.22533/at.ed.26821290417**

<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>176</b>
RELAÇÃO DOS ALUNOS COM A ESCOLA: SINTONIAS E DISCORDÂNCIAS COM OS PROFESSORES	
Sílvia Maria Rodrigues da Cruz Parreiral	
DOI 10.22533/at.ed.26821290418	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>187</b>
A IMPORTÂNCIA DOS AMBIENTES DE FORMAÇÃO MUSICAL ATRAVÉS DO ENSINO DE COLETIVO DE CORDAS DA UFC: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS	
Marcos Levi Bento Melo	
Liu Man Ying	
DOI 10.22533/at.ed.26821290419	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>194</b>
O ESPORTE DE ORIENTAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CARTOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	
Gabriel Augusto da Silva Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.26821290420	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>206</b>
CAMPO DE CONOCIMIENTO EN REQUERIMIENTOS DE SOFTWARE: ANÁLISIS DE PERCEPCIONES EN ESTUDIANTES DE INGENIERÍA DE SISTEMAS	
David Alberto García Arango	
Cesar Felipe Henao Villa	
Jovany Sepúlveda-Aguirre	
Luis Fernando Garcés Giraldo	
José Antonio García Pereáñez	
DOI 10.22533/at.ed.26821290421	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>215</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>217</b>

## PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

*Data de aceite: 28/04/2021*

*Data de submissão: 05/02/2021*

### **Mayara Pinheiro Mandarin**

Universidade Católica de Petrópolis  
Petrópolis - RJ  
<https://orcid.org/0000-0002-7483-2665>

### **Letícia Nascimento Mello**

Universidade Católica de Petrópolis  
Petrópolis - RJ  
<https://orcid.org/0000-0001-5340-0188>

### **Cristiane Moreira da Silva**

Universidade Católica de Petrópolis  
Petrópolis - RJ  
<https://orcid.org/0000-0001-8496-0233>

**RESUMO:** Diante dos expressivos números de diagnósticos de transtornos de aprendizagem e conduta, e ainda, do aumento considerável nas curvas de produção de medicamentos controlados e seu consumo na infância o problema que orienta nossa discussão investiga a atuação da psicologia neste cenário de produção de uma política de medicalização da infância. Para tal, nosso objetivo é colocar em análise a medicalização nas intervenções de saúde e educação voltadas à infância, destacando as práticas psicológicas de produção de diagnósticos e realização de tratamentos psicoterapêuticos sem uma análise aprofundada da demanda. Entendemos que ao diagnosticar ou acolher em psicoterapia individual crianças encaminhadas por apresentarem comportamentos desviantes do

esperado por escolas disciplinadoras, psicólogos negligenciam o jogo de forças em questão e assumem uma postura também medicalizante que responsabiliza atendidos e suas famílias e não problematiza os interesses em jogo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medicalização, Infância, Psicologia.

### **PSYCHOLOGICAL PRACTICES AND MEDICALIZATION OF CHILDHOOD**

**ABSTRACT:** In view of the significant number of diagnoses of learning and conduct disorders, as well as the considerable increase in production curves of controlled drugs and their consumption in childhood, the problem that guides our discussion investigates the role of psychology in a medicalization policy producing scenario of childhood. For such purposes, our objective is to analyze the medicalization in health and education interventions in children, highlighting the psychological practices of producing diagnoses and psychotherapeutic treatments without a deep analysis of this demand. We understand that when diagnosing or welcoming children in individual psychotherapy sent for presenting some different behavior from what is expected by disciplinary schools, psychologists neglect the additional points in question and assume a medicalizing posture that makes patients and their families responsible and does not problematize the interests in this situation.

**KEYWORDS:** Medicalization, Childhood, Psychology.

## 1 | INTRODUÇÃO

Considerando o aumento de diagnósticos de transtornos de aprendizagem e conduta na infância, em especial TDAH e TOD e conseqüentemente, o crescimento da medicalização infantil, faz-se necessário maior dedicação aos estudos que tenham por objetivo levantar questionamentos acerca das possíveis motivações envolvidas nesse processo.

Tendo em vista que as crianças identificadas por profissionais de saúde e/ou de educação como portadoras dos transtornos supracitados são frequentemente encaminhadas para tratamento psicoterapêutico, vemos a necessidade de debater sobre o papel da Psicologia neste cenário de medicalização da vida, em especial aqui, da infância. Para tanto, buscamos os permeios da construção da infância através da história, dos transtornos de aprendizagem e conduta, e da política de medicalização, para melhor compreensão acerca dos processos envolvidos neste cenário.

Partindo da percepção acerca das mudanças dos conceitos de infância desde a antiguidade até a idade moderna, onde naquela não havia distinção entre crianças e adultos à critério de idade e ambos viviam imersos nos mesmos cenários, no qual os pequenos passavam por situações que hoje encaramos como imorais e até mesmo criminais, e chegando na atualidade, quando as fases da vida são bem definidas e divididas; levantamos questões que nos fazem refletir sobre o que caracteriza a atual evolução dos modos de encarar a criança e seus comportamentos e de que forma todas as tomadas de decisão diante do mundo infantil tem sido realizadas.

Assim, é importante debater sobre os motivos de encaminhamentos advindos de profissionais da educação e da saúde, uma vez que percebemos um movimento que tem culminado a um processo de exclusão, e reforçado as políticas de medicalização da infância.

Diante disso, convidamos o leitor para uma experiência de reflexão sobre as formas como encaramos as características e comportamentos das crianças, enquadrando-as em “moldes perfeitos”, e negligenciando suas individualidades e processos emocionais e sociais.

Embora sejam recorrentes práticas medicalizantes de psicólogos que atuam como psicoterapeutas, realizando avaliações psicológicas ou na psicologia educacional, apostamos na psicologia como a ciência que tem potencial para articular sociedade, saúde e educação desenvolvendo práticas de enfrentamento ao fenômeno da medicalização.

## 2 | A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA

A concepção de infância na atualidade se distingue bastante da forma com que a criança era vista na antiguidade, onde não havia uma separação entre aquilo que hoje consideramos uma espécie de “universo infantil” e o mundo adulto em si. Isso era

representado não somente nas formas de tratamento, como também nas vestimentas e na forma com que as crianças participavam do que hoje consideramos a adultidade, sem nenhuma preocupação em relação ao conteúdo que tinham acesso.

Neil Postman (2012) chama atenção para o fato de que na Idade Média não havia diferenciação entre crianças e adultos, uma vez que ambos frequentavam os mesmos locais e compartilhavam os mesmos costumes, sem censuras ou maiores cuidados para com os mais novos. O autor nos faz perceber que nesta época, o que hoje é considerado como abuso sexual e/ou pedofilia, em suas mais diversas formas, era tratado como algo corriqueiro, uma vez que não havia o conceito de imoral ou ilegal a critério de idade (ARIÉS, 1981 apud POSTMAN, 2012).

Tais questões nos mostram que a infância não era tema de interesse a ser estudado ou pensado. “De todas as características que diferenciam a idade média da moderna, nenhuma é tão contundente quanto a falta de interesse pelas crianças” (TUCHMAN apud POSTMAN, 2012, p. 33)

Nascimento, Brancher e Oliveira (2008) corroboram afirmando que preocupações acerca do “ser” criança somente passam a existir a partir do século 17, contudo, ainda de forma não suficiente para que fosse denominado um objeto de estudo. Ariés (1973), citado pelos autores como exemplo pioneiro de pesquisador científico no cenário infantil, acreditava na forte relação entre a infância e a aprendizagem, reforçando a ideia de que esta faixa etária não era percebida, quando identifica que somente após o século 20 os estudos começam a relacionar a história da infância com a história da educação, sendo antes vistas como processos totalmente independentes.

Esta ideia fica clara nos escritos de Postman (2012), quando o autor relata o fato de que na cultura do mundo medieval não existia uma relação entre o desenvolvimento infantil e a escolarização, uma vez que indivíduos de todas as idades, ou seja, crianças e adultos, estudavam em uma mesma classe sob as mesmas condições. Portanto, naquele meio cultural, a idade não era critério para denominação de faixas etárias, tampouco para educação escolar.

Levin (1997) citado por Nascimento et al. (2008), nos mostra um fator do que poderia ser considerado infância naquela época, quando relata que alguns indivíduos nunca deixavam de ser crianças, ainda que com a idade avançada, como o caso dos escravos, que por serem dependentes eram vistos como seres inferiores. O que nos mostra mais uma vez que na idade média, o fator idade não tinha relação com o que atualmente conhecemos como fases da vida, de infância e adultidade.

Com a Revolução Industrial, uma série de mudanças na estrutura política, cultural e social da época foram realizadas, e como consequência disso, surgiu a necessidade de se pensar um lugar em que as crianças pudessem permanecer enquanto seus responsáveis - em sua maioria as mulheres, por decorrência das mortes dos homens nas guerras - trabalhavam. Portanto, com a chegada da Modernidade, começou-se a admitir

a necessidade de diferenciar a participação das crianças no mundo adulto evidenciando que o conceito de infância foi construído nesta época, tendo como seus principais berços: a família e a escola.

Nos séculos XVIII e XIX são instauradas duas formas de atendimento às crianças: nas elites os cuidados relacionados à boa qualidade, cujo objetivo era educacional; e nas classes menos favorecidas cabiam à disciplina e à caridade. Vale destacar que alguns marcos históricos influenciaram de maneira direta a construção da infância, como por exemplo, as duas Grandes Guerras Mundiais que no período do pós-guerra trouxeram a necessidade de um olhar mais humano às questões emergentes e consigo a criação da Declaração dos Direitos da Criança.

No Brasil, a história da educação tem seu início com a chegada dos padres jesuítas no ano de 1549, que inicialmente, em 1540, pretendiam catequizar e escolarizar a população indígena que aqui estava. No entanto, a educação direciona seu foco aos novos sacerdotes e aos filhos dos colonizadores. As escolas que existiam neste momento, eram estritamente direcionadas às elites. Somente em 1772 é implementado o ensino público e laico, que ainda não era acessível à toda a população, lembrando a escravidão no Brasil ainda era uma realidade presente e a educação não era considerada prioridade para a população negra e pobre neste contexto histórico.

Com a chegada da República em 15 de novembro de 1889, a escola desloca -se do poder exclusivo da Igreja e algumas mudanças são instituídas, como a valorização do ensino e a seriação dos anos escolares, por exemplo. No entanto, ainda eram restritas às elites da época. Neste momento, a Educação para as classes mais carentes era marcada por um caráter assistencialista e de responsabilidade das instituições religiosas ou orfanatos, nos quais eram destinadas ao acolhimento de questões sociais que enfrentavam naquela época, sendo a caridade o principal objetivo, sem qualquer preocupação educacional em si.

O movimento “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” em 1932 buscava uma educação obrigatória, pública, laica, sem qualquer discriminação. Coordenado por Fernando de Azevedo, assinado por 26 intelectuais, dentre os quais: Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto e Cecília Meireles, esse foi um marco no processo de democratização da educação no Brasil (SAVIANI, 2007).

Em 1964, com o golpe militar e a instituição da ditadura no Brasil, a educação que vinha sendo construída a passos curtos e lentos, praticamente estagnou. O que se justifica principalmente pelo cerceamento do pensamento e da capacidade crítica que a educação deve proporcionar e que naquele contexto histórico era podado de todas as formas.

Após um longo tempo do fim da ditadura, somente em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição Federal é promulgada, deixando instituído o direito à educação para todos. Outro importante marco é a aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia, em 1990, elencando objetivos e metas para suprir as necessidades básicas de educação para crianças, jovens e adultos.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) – LDB, após oito anos de tramitação no Congresso Nacional, é implementada ganhando espaço como a mais importante lei no regimento, contendo 92 artigos que versam sobre temas desde o ensino infantil até o ensino superior. Ao buscar avanços da educação no Brasil, deve-se dar a LDB o crédito pela autonomia e flexibilização dos sistemas de ensino, a municipalização do ensino, a possibilidade da educação à distância, o direcionamento e a possibilidade de implementação da educação especial e inclusiva.

Portanto, ao contrário do desinteresse em relação aos estudos acerca da infância e da correlação desta com os meios sociais e políticos que cercou a idade média, hoje vemos esta faixa etária ganhando mais espaço nas leis e sendo a cada dia mais estudada.

Atualmente, entende-se por criança pessoas com até doze anos de idade, e adolescentes, indivíduos entre doze e dezoito anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando buscamos na atualidade por assuntos que envolvem a infância e a educação, nos deparamos com um imenso mundo de encaminhamentos e prescrições medicamentosas que buscam resoluções para problemas de cunho comportamental e de aprendizagem. Diante disso, buscaremos a seguir levantar reflexões acerca do avanço histórico supracitado, e um possível retrocesso marcado por uma política medicalizante que vem podando nossas crianças.

### **3 | A MEDICALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO INFANTIL**

Estudos empíricos apontam para alto índice de encaminhamentos de crianças para realização de Avaliação Psicológica, com predominância de hipóteses diagnósticas de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). Ainda, constata-se que os profissionais da Educação são os principais responsáveis por estes encaminhamentos (SILVA; RODRIGUES; MELLO; 2018). Dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos mostram que o Brasil assume a segunda posição de consumo de Ritalina do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos.

A política de Medicalização, bem conceituada por Decotelli, Bohre e Bicalho (2013) como uma fabricação de subjetividades medicalizadas, que acarretam na produção de modos de existência e gerenciamento da vida e da saúde, vem corroborando de forma significativa para que as experiências humanas sejam reduzidas à questões biológicas (TOASSA, 2015), deixando como segundo plano as reflexões das questões sociais implicadas.

Além dos professores serem os principais responsáveis por encaminhamentos para avaliação psicológica, não raro justificam a solicitação indicando um diagnóstico, sendo os mais frequentes o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) seguido

do TOD (SILVA; RODRIGUES; MELLO; 2018). Os conceitos de assujeitamento e controle social, oriundos de Foucault (1975, 1977), visam analisar e problematizar os mecanismos de controle e punição. A problematização da instituição escolar embasa-se principalmente no conceito de docilização dos corpos Foucault (1997) por meio dos mecanismos de vigilância e punição que justificam a incorporação de saberes produzidos historicamente, como verdades absolutas no senso comum. São analisadas as relações de poder que permeiam a instituição e os corpos submetidos a esta. Qual a razão para que as crianças não aprendam? Será que estamos tratando como patologia o que até pouco tempo eram considerados características e comportamentos esperados nos primeiros anos da infância?

Cabe refletir aqui se, embora a infância seja melhor definida e estudada, não há ainda formas de desrespeito com seu corpo, mesmo que de maneira diferente daquela ocorrida na idade média. Pois uma vez que há o desejo de que seu desenvolvimento seja acelerado e seus comportamentos enquadrados a um padrão daquilo que é correto, e que suas dificuldades e processos são encarados como transtornos, e passíveis de medicalização, não estamos diante de uma forma de controle e desrespeito? Assim pensando, levantamos a questão: Estamos em progresso ou retrocesso quando se trata dos processos que envolvem a infância?

Há importantes referências acerca da medicalização infanto-juvenil, que defendem que as questões sociais e culturais são reduzidas à uma lógica médica, rotulando assim, características consideradas inadequadas dentro das normas sociais como patologia de cunho orgânico. Neste sentido, alguns autores geram reflexões acerca do fato de que crianças e adolescentes estão mais suscetíveis à diagnósticos e medicalização pois costumam ser mais questionadores e agitados, e que os estigmas acerca dos transtornos seriam formas de exclusão e controle (FRIAS; COSTA; 2013).

Alguns projetos têm apoiado estudos acerca da medicalização da vida, buscando investigar os reais motivos que norteiam os consideráveis aumentos de diagnósticos e prescrições. Um exemplo é a criação do Fórum sobre “Medicalização da Educação e da Sociedade”, que objetiva a articulação de entidades, grupos e pessoas mediante o enfrentamento e superação do fenômeno da medicalização. Busca ainda, estimular o pensamento crítico sobre o assunto, em especial quando relacionado à aprendizagem e ao comportamento (CFP, 2012).

O processo de medicalização da vida provoca uma série de reflexões, principalmente se associarmos historicamente o uso de medicamentos como formas de representação de supostos saberes e forma de demonstrar poder. Cabe ressaltar, que a crítica aplica-se à medicalização e não ao ato de medicar, sendo visto como o processo de prescrever remédios e a utilização dos mesmos em tratamentos, o que pode ser necessário e eficaz desde que seja feito com cautela. A medicalização deve ser compreendida como:

Processo de transformar questões não médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do sujeito, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do singular e do coletivo. (COLLARES; MOYSÉS, 1994, p.25).

Corroborando com a definição anterior, o Fórum sobre “Medicalização da Educação e da Sociedade”, conceitua medicalização e patologização de forma pontual e clara:

Designam processos que transformam, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como ‘doenças’, ‘transtornos’, ‘distúrbios’ que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos (CFP, 2012).

Os processos de medicalização vem corroborando de forma significativa para que as experiências humanas sejam reduzidas à questões biológicas, como bem descrito pelo Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (2015):

A direção da medicalização no mundo contemporâneo aponta, então, para uma biologização das experiências humanas, para uma retradução de suas vicissitudes em termos sintomáticos, para uma intensificação do uso de medicamentos na regulação e controle das vicissitudes da vida humana (TOASSA, 2012).

Os Transtornos de Aprendizagem se destacam no cenário atual. Isso se deve ao aumento do diagnóstico de transtornos desta categoria, e como consequência, o alto índice de prescrição de fármacos para a inibição dos sintomas. Um dos distúrbios mais conhecidos e estudados atualmente é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, com cerca de 2% a 18% de crianças e adolescentes acometidos pelo diagnóstico deste transtorno mundialmente (PASTORELLO; RODRIGUES; MOZZER; 2016).

De acordo com a Associação Brasileira de Déficit de Atenção, este é o transtorno de maior incidência nos encaminhamentos de crianças e adolescentes para serviços especializados, sendo caracterizado como um distúrbio do neurodesenvolvimento que acarreta em consequências no desenvolvimento de áreas da cognição, envolvendo dificuldades de adquirir, reter e/ou aplicar habilidades ou informações (SULKES, 2018). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5 edição (DSM-5), aponta como os principais sintomas deste transtorno a desatenção, impulsividade e hiperatividade, causando impactos negativos nas atividades sociais e acadêmicas/ocupacionais.

O metilfenidato, mais conhecido como Ritalina, é o fármaco com maior número de

prescrição para o tratamento do TDAH, liderando, dentre todos os demais estimulantes somados, o consumo mundial. Andrade, et al. (2012) chamam atenção para a larga escala de consumo do metilfenidato no Brasil, com crescimento de 400% em um intervalo de quatro anos (entre 2002 e 2006). Estudos apontam que o metilfenidato é o estimulante mais produzido no mundo, superando até mesmo a produção da soma de todos os demais fármacos da categoria. Em 2006, enquanto estes somavam menos de 34 toneladas, o metilfenidato superou em quase 4 toneladas, chegando a um total de aproximadamente 38 toneladas produzidas. Sua fabricação mundial em 1990 era de 2,8 toneladas, subindo portanto, 35,2 toneladas dentro de 16 anos, ou seja, 2,2 toneladas ao ano. O que representa um aumento de 1200% na fabricação mundial de metilfenidato entre 1990 e 2006. Em relação ao consumo no Brasil, houve um aumento de 294 quilos entre os anos de 2000 e 2006. (ORTEGA *et al.*, 2010)

Ainda em relação ao comércio de Ritalina no Brasil, análises quantitativas apontam que no intervalo de um ano, entre 2007 e 2008 foram vendidas 1.238.064 caixas do fármaco, enquanto de 2011 a 2012, a venda foi de 1.853.930 caixas. Representando, portanto, um aumento de 50% entre os anos de 2008 e 2012, através da comercialização de 615.800 a mais neste (ANDRADE *et al.*, 2018)

A Ritalina é um medicamento que age através da estimulação do sistema nervoso central, acarretando em melhorias das atividades de partes cerebrais pouco ativas, conseqüentemente, melhorando a capacidade de atenção e concentração, e ainda, reduzindo o comportamento impulsivo, conforme indicado na bula do medicamento.

Outro tipo de diagnóstico comumente realizado nas crianças atualmente está relacionado à área do comportamento, como encontrado no CID 10, através de classificações de Distúrbio de Conduta (F91). Um dos exemplos que mais vem sendo diagnosticados, é o chamado Transtorno Desafiador Opositor (TOD), de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Indivíduos diagnosticados com TOD costumam apresentar comportamentos caracterizados por provocação, desobediência ou perturbação. Segundo o Manual de Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), trata-se de um padrão de humor raivoso, com comportamento questionador/desafiante, ou ainda, índole vingativa, que possui duração de ao menos 6 meses.

Desta forma, as diferenças e comportamentos considerados desadaptados são enquadrados como patologias. Afinal, se os sintomas característicos do TOD, são comumente encontrados na sociedade, como sensação de raiva, desconforto e resistência à frustração e ordens, não seria a sua transformação em patologia uma forma de robotizar o crescimento dos sujeitos, alcançando assim, maior controle sobre estes, e ainda o aumento de lucro e parceria entre médicos e a indústria farmacêutica?

E ainda, o diagnóstico do TDAH é comumente relacionado a uma condição unicamente de origem orgânica, tendo como principal tratamento os meios farmacológicos. Resumindo desta forma, as crianças que apresentam comportamentos com características

de desatenção e agitação, ao transtorno e à necessidade de inibir os sintomas (FERREIRA, 2010).

Diante deste cenário, percebe-se que crianças com comportamentos que outrora eram encarados como questões educacionais passam a ser tratadas como portadoras de um transtorno mental. Quando o coletivo é medicalizado, acentuam-se as responsabilidades individuais ligadas ao problema, isentando o ambiente, ou seja, o foco é direcionado ao indivíduo e negligência-se os outros fatores que acarretam e comportamentos tidos como sintomas. Sendo assim, cria-se um enquadramento que exclui as questões que atravessam os sujeitos, por vezes, até aspectos sociais e normalizadores que já se arrastam por gerações.

#### **4 | A PSICOLOGIA E A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA**

A discussão do fenômeno da medicalização tende a girar em torno de intervenções da medicina e da educação problematizando a produção de diagnósticos, a prescrição indeterminada de psicotrópicos e medidas educacionais de padronização e disciplinamento. Pouco colocamos em análise a atuação da psicologia. Assim como há quase um automatismo para tratamento medicamentoso, a psicoterapia tem aparecido como um tratamento indispensável para essas demandas, especialmente as abordagens comportamentais voltadas ao controle das emoções e adaptação ao ambiente.

O controle social é gerido a partir daqueles que ocupam lugares onde é possível inferir sobre os sujeitos e analisá-los. No entanto, faz-se necessário expandir o olhar para que esta análise possa englobar também as questões contemporâneas e demandas sociais que esse tipo de processo visa atender.

Se é verdadeiro que o corpo humano é, em certo sentido, produto da atividade social, não é absurdo supor que a constância de certos traços, revelados por uma média, dependa da fidelidade consciente ou inconsciente a certas normas de vida. Por conseguinte, na espécie humana, a frequência estatística não traduz apenas uma normatividade vital, mas também uma normatividade social (CANGUILHEM, 2002, p. 113).

A patologia aparece assim como o que se revela na relação entre o organismo e seu meio ambiente, isto é, o entendimento de doença muda a partir de uma influência social, tendo o medicamento como forma de calar os sintomas, pois calando o sintoma também se cala o corpo. Olhar para a história de quem não aprende e a partir disso construir perguntas históricas, políticas, sociais, relacionais e institucionais que são produtoras diretas na vida dessa criança, é tencionar a lógica patologizante que por inúmeras vezes ecoa dentro de nossas salas de aula e transforma-se em encaminhamentos.

Restringe-se o sistema nas adaptações necessárias, contudo isso impossibilita que a sua transformação ocorra, fazendo com que continuemos a encaminhar aqueles que não

se adaptam, dando a segurança e o empoderamento necessários aos diagnósticos e por consequência à medicalização como a solução ao insucesso das práticas pedagógicas. É preciso escutar o que essa queixa quer dizer, pois tem sido produzida com base naquele que sequer tem a oportunidade de ser ouvido, isto é, o aluno.

Firbida e Vasconcelos (2019) constatam que explicações biologizantes são recorrentes de forma a construir práticas de patologização e medicalização da aprendizagem. Os autores defendem que a psicologia não deve ignorar a realidade política e social, e defendem que para isso é preciso perceber o contexto no qual o sujeito é inserido, ou seja, entendendo que o psiquismo do indivíduo é construído socialmente, e não apenas envolvido em questões biológicas.

Lemos et al (2018) abordam os conceitos de Michel Foucault com o intuito de pensar a correlação entre a democracia, a educação, a psicologia política e a governamentalidade. Os autores comentam sobre a importância do entendimento acerca do fato de que o que é bom para um indivíduo não é, necessariamente, bom para todos os outros. Por isso, defendem a ideia de que existe neste cenário um dilema moral que tenta impor a um todo algo que supostamente é bom para poucos.

Com base nas contribuições de Michel Foucault e Robert Castel, Lemos (2014) levanta questões importantes com objetivo de problematizar as práticas sociais envolvidas na medicalização, e correlação com o silenciamento da resistência.

A sociedade não aceita formas de sofrimento diversas, gerando ilusão de felicidade e alto desempenho, que acarreta na utilização de fármacos como estratégia disciplinar e biopolítica, vindas de uma subjetividade biomedicalizada e empresarial. (LEMOS, 2014)

Benedetti, Bezerra, Telles e Lima (2018) percebem a realidade de uma escola discriminadora, uma vez que possui condutas de exclusão daqueles que não se enquadram nos modelos e padrões empregados, e que naturaliza como dificuldades individuais fenômenos que possuem origem sócio-histórico-cultural.

Em relação ao contexto supracitado, é importante a reflexão acerca de como a psicologia tem encarado as práticas educativas que produzem sofrimento, e ainda, se manifestado frente ao aumento abusivo da utilização de terapias medicamentosas. Firbida e Vasconcelos (2019) constatam a presença de práticas profissionais que tomam como base a quantificação de diagnóstico, e chamam a atenção para a importância de uma Psicologia que busca contextualizar o sujeito sem ignorar a realidade política e social existente.

Meira (2012) afirma que os profissionais da saúde e da educação têm relacionado os comportamentos e aprendizagem, no caso a falta do que é considerado comportar-se e o “não aprender”, à sintomas. Desta forma, segundo a autora, ocorre maior propensão para a elaboração de “diagnósticos superficiais em crianças saudáveis”.

Estas que correm, pulam, gritam, brincam, desafiam, fazem meninices, exatamente como deve ser. São as crianças ditas normais para alguns, e ao mesmo tempo são as mesmas que são rotuladas na escola como desobedientes, desatentos, mal-educados, entre outros adjetivos ofensivos, que não cabem aqui (MEIRA, 2012).

É importante que haja reflexão acerca do tema abordado, pois uma vez que entende-se que cada ser humano possui suas particularidades relacionadas ao histórico de vida e contexto social no qual é inserido, como pode-se reduzir comportamentos unicamente às origens biológicas, tornando-os sintomas? E ainda, como direcionar e rotular todo e qualquer caso, sem análises profundas a respeito da particularidade de cada um deles em seu contexto?

Portanto, pensando no volume de encaminhamentos para a área da psicologia, e ainda sobre a importância da reflexão acerca de encarar os comportamentos supracitados, considerados sintomas, não somente como sendo de caráter orgânico, mas também como reações diante do cenário a qual o sujeito pertence, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos, e familiares, percebe-se a importância da psicologia neste cenário.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parâmetros que definem a chamada normalidade, que classificam comportamentos e produzem expectativas sobre o desenvolvimento infantil padronizado são construções sócio-históricas, influenciadas pelo momento, pela cultura, política e interesses vigentes. Práticas educacionais sustentadas acriticamente nestes parâmetros culpabilizam e produzem limitações, deixam de reconhecer a singularidade do desenvolvimento infantil, as habilidades específicas e o contexto.

Discutir medicalização na infância é convocar uma perspectiva interdisciplinar que coloque em análise tanto a instituição escola quanto os serviços de assistência e saúde. A educação tem buscado romper as correntes que a prendem em um passado normatizador, e a legislação institui discussões sobre educar para diversidade, inclusão e acessibilidade no contexto escolar, mas as práticas educacionais ainda estão distantes das realidades das crianças que elas recebem, especialmente se focarmos na rede pública de ensino. Estas investem em programas que trabalham relacionamentos e emoções, fazendo com que os estudantes entendam e aprendam como lidar e expressá-las de maneira mais assertiva. Capacitam professores e gestores, para metodologias ativas e integradoras, mas continuam mantendo instalações inadequadas, número excedente de estudantes em salas de aulas e oferecem pouco suporte, estrutura e reconhecimento para os profissionais. Avaliar, desenvolver habilidades, implementar métodos inovadores, identificar os “desvios” e encaminhar para “tratamentos” são intervenções restritas às questões individuais que não dão conta da problemática e produzem outros agravantes. Caminhamos lentamente, em passos curtos, e com isso os discursos que rotulam, segregam e estigmatizam, continuam

a transitar por corredores e salas de aula do nosso país e são, frequentemente, embasados nos saberes psicológicos.

Por outro lado, a rede privada de ensino busca a excelência no desenvolvimento para o mercado de trabalho investindo em domínio tecnológico, formação para o empreendedorismo, adotando uma lógica empresarial para a educação com um pacote de conteúdos e exigências de desempenho que, muitas vezes, desrespeita a infância. As crianças que não se adaptam a esses modelos são também encaminhadas para tratamento.

A psicologia é constantemente solicitada para explicar, orientar e intervir nas demandas da escola e a postura do profissional é determinante para perpetuar equívocos e fortalecer práticas medicalizantes ou promover desvios e dar visibilidade ao jogo de forças em cena. Nesse sentido, é necessário que as práticas psicológicas evidenciem a reprodução dessa lógica medicalizante na escola e nos encaminhamentos dessas crianças para tratamentos de saúde e, ao invés de receber sem problematizar e “tratar” a criança e a família, possa intervir na promoção de saúde articulando a escola, comunidade, assistência social e os serviços de saúde no acolhimento destas demandas.

Por fim, discutir e intervir em práticas e discursos medicalizantes no cotidiano deve ser um compromisso assumido pela psicologia que, impregnada de evidências não problematizadas, pode ser cúmplice da medicalização da infância. Avaliar, acolher, cuidar, tratar, implica uma visão macro da demanda que extrapola o relato de sintomas, suas possíveis classificações e tratamentos. A psicologia enquanto ciência e profissão deve promover a garantia de direitos, neste caso, direito à educação, à saúde e à infância.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luana da Silva; et al. 2018. **Ritalina uma droga que ameaça a inteligência**. Rev Med Saude Brasilia 2018; 7(1):99-112

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COLLARES, C. A. L. e MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação) Série Idéias n. 23. São Paulo: FDE, 1994 p.: 26 [artigo científico] Disponível em: Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

CRUZ, Bruna de Almeida et al. Uma crítica à produção do TDAH e a administração de drogas para crianças. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 21, n. 3, p. 282-292, Sept.2016. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2016000300282&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000300282&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Feb. 2021. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160027>.

DECOTELLI, Kely Magalhães; BOHRE, Luiz Carlos Teixeira; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **A droga da obediência: medicalização, infância e biopoder: notas sobre clínica e política**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 446-459, 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932013000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000200014&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200014>.

FERREIRA, Maria Cristina. **A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais.** *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 26, n. spe, p. 51-64, 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722010000500005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500005&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIAS, Lincoln; COSTA, Annelise Júlio. **Os Equívocos e Acertos da Campanha “Não à Medicalização da Vida”.** *Psicologia em Pesquisa | UFJF | 7(1) | 3-12 | Janeiro-Junho de 2013*

NASCIMENTO, Claudia Terra; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes. **A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas.** *Revista Contexto & Educação*, v. 23, n. 79, p. 47-63, 16 maio 2013.

ORTEGA, Francisco et al. **A Ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas. Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 34, p. 499-512, Sept. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832010000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000300003&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Feb. 2021. Epub Sep 17, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010000300003>.

PASTORELLO, Julia.; RODRIGUES, Amanda Pastorello.; DE OLIVEIRA, Cristiane; MOZZER, Emanuelle Bernardi. **POSSÍVEIS CAUSAS DO AUMENTO DO USO DE METILFENIDATO NAS CRIANÇAS BRASILEIRAS.** *Anais de Medicina*, 26 out. 2016.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância.** Rio de Janeiro. Graphia, 2012

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção memória da educação)

SILVA, Cristiane Moreira da; RODRIGUES, Rafael Coelho; MELLO, Letícia Nascimento. **Medicalização da queixa escolar e o uso de psicofármacos como resposta à questões comportamentais.** *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 738-754, set. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812018000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000300002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 fev. 2021.

SULKES, Stephan Brian. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDA, TDAH).** Manual MSD - Versão para profissionais da saúde. 2018

TOASSA, Gisele. **Sociedade Tarja Preta: uma crítica à medicalização de crianças e adolescentes.** *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 429-434, Aug. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922012000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000200015&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000200015>.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

ABET 206, 207

Alfabetização 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 127, 196, 200, 215

Altas habilidades/superdotação 62, 66

Amazônia 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 216

Aprendizado ativo 172

Aprendizagem significativa 65, 110, 119, 120, 121, 122, 129, 130

Aprendizaje basado en proyectos 109, 112, 207, 208, 213, 214

Aprendizaje significativo 43, 103, 109, 112, 118

Autismo 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76

Autoimagem 1, 2, 4

Automobilística 146, 152, 153, 155

### B

Brasil 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 77, 78, 79, 80, 82, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 121, 127, 131, 132, 133, 134, 145, 148, 152, 156, 161, 162, 165, 170, 172, 173, 189, 192, 193, 205

### C

Campo de conocimiento 206, 207, 208, 209, 210, 212

Canvas 20, 21, 22, 32, 33, 34

Cartografia escolar 194

Cognición corporizada 99, 101, 102, 103, 108

Coimbra 47, 48, 49, 50, 51, 67, 176, 178, 179

Competencias 37, 38, 41, 42, 43, 44, 46, 101, 109, 206, 207, 212

Competencias del docente 37

Contra-reforma 57, 58, 59, 61, 79

Conversão de veículos 146, 148, 152, 156

Convivência 1, 2, 4, 50, 93, 187

Coordenação pedagógica 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

Coordenador 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 153, 215, 216

Covid-19 172, 173

Cultura 13, 14, 15, 31, 38, 61, 79, 89, 92, 94, 112, 118, 123, 131, 160, 168, 190, 215

Currículo nacional 77

Cursos de graduação 132, 134, 141, 171, 173

## D

Digitalización 37

Direito 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 63, 80, 82, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 161, 169

## E

Educação 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 47, 48, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 142, 145, 146, 153, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 176, 177, 178, 180, 186, 193, 196, 205, 215, 216

Educação em saúde 172

Educação e neoliberalismo 57

Educação superior 132, 133, 134, 145

Educacional 4, 10, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 31, 33, 34, 36, 57, 58, 61, 62, 64, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 86, 91, 94, 95, 123, 127, 128, 129, 130, 159, 161

*Embodiment* 99, 100, 102, 103, 108

Enacción 99

Ensino 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 33, 34, 36, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 110, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 142, 145, 153, 161, 162, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 179, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 204, 205, 215, 216

Ensino coletivo 187, 188, 190, 191, 192, 193

Ensino de geografia 194

Ensino online 172

Espaço ifac de ciências 119, 124

Esporte de orientação 194, 195, 196, 198, 200, 201, 204, 205

Estrategias de pensamento 99

Evasão 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 171, 173, 174

Extensão 119, 120, 124, 128, 174, 188, 189, 190, 191, 192

## F

Filosofia 17, 34, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 95, 215

Formação 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 60, 62, 65, 70, 73, 75, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 92, 93, 94, 96, 120, 121, 124, 127, 128, 132, 133,

169, 171, 172, 173, 177, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 204, 207, 215, 216

## I

Inclusão 62, 63, 64, 65, 66, 68, 86, 168, 191, 205, 216

Infância 10, 60, 71, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 168, 169, 170

Informação 52, 67, 73, 75, 110, 121, 134, 142, 143, 172, 180, 195

Ingeniería de sistemas 206, 207, 208

Interdisciplinaridade 62, 63, 64, 65, 66, 98

## J

Jogo 20, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 158, 169, 181, 184

## L

Letramento 6, 7, 8, 14, 15, 16, 19, 215

Literatura 5, 47, 53, 58, 64, 69, 73, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 111, 132, 142, 177, 180, 182, 184

## M

Medicalização 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170

Métodos pedagógicos 77, 80

## P

Patrimônio moral 1, 3

Pedagogia de cordas 187

Pedagogia do oprimido 89, 91, 97, 98

Pensamiento matemático 99, 100

Pesquisa 1, 20, 21, 22, 29, 35, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 65, 66, 77, 78, 83, 86, 89, 94, 110, 119, 120, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 138, 142, 145, 148, 151, 153, 170, 185, 206, 215, 216

Política educacional 57

Popularização da ciência 120, 128

Psicoeducação 67, 69, 72, 73

Psicologia 20, 23, 25, 34, 35, 55, 62, 63, 64, 67, 75, 76, 94, 122, 158, 159, 166, 167, 168, 169, 170, 178

## R

Reforma da educação 57

Rehacog 67, 68, 69, 71, 72, 75

Requerimientos de software 206, 208, 209, 210, 212

## **S**

Sensibilização 67, 75

## **T**

TIC 37, 38, 46

Trabajo en equipo 109, 113

Trabalho cooperativo 62, 65

Tração elétrica 146, 148, 152, 153, 154, 156

Trajectoria musical 187

## **V**

Veículos elétricos 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157

# Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

# 4

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

# na Educação

# 4

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021